

**ATA DA 4ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS  
REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023**

Às quatorze horas e trinta minutos do quarto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, Ministério da Fazenda, Edifício Anexo, sala R4, 1º andar do bloco P da Esplanada dos Ministérios, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a quarta reunião do Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas, colegiado instituído pelo Decreto nº 11.532, de 16 de maio de 2023, sob a presidência do Sr. Rogério Ceron de Oliveira, Secretário do Tesouro Nacional, e as presenças dos seguintes membros indicados pelos órgãos que compõem o Comitê: Sr. Jonathas de Alencar Moreira, titular, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Sra. Elaine de Melo Xavier, titular, Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento (SOF); Sr. José Pedro Bastos Neves, titular, Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPF); Sr. Ayrton Glaciani Martinello, titular, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Sr. Ernesto Pereira Galindo, titular, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); Adriano Santiago, suplente, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Sr. Marcos Neves Torreão, suplente, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); Sr. Rodrigo Martins Vieira, suplente, Ministério do Meio Ambiente (MMA). Participaram como representantes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Sra. Viviane Silva Varga, Secretária Adjunta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Sr. Otávio Ladeira de Medeiros, Subsecretário da Dívida Pública; Sr. Luiz Fernando Alves, Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública (COGEP); Sr. Paulo Moreira Marques, Coordenador da COGEP; Sr. Leandro de Lima Galvão, Gerente de Relacionamento Institucional da COGEP; Sra. Cecília de Souza Salviano, Chefe de Projeto da COGEP; Sra. Cinthia de Fátima Rocha, Auditora Federal da COGEP. Não houve representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e do Ministério de Minas e Energia (MME). **ABERTURA:** O Sr. Presidente, Rogério Ceron, iniciou a reunião com as boas-vindas aos membros e convidados e expressou agradecimento à contribuição de todos. Ressaltou a receptividade positiva, pela mídia e por investidores nacionais e internacionais, acerca do arcabouço e da missão da equipe da dívida com investidores para falar de transição ecológica em Londres, Nova York e Boston. Relatou que os investidores externos estão atentos às questões climática e ambiental e aos compromissos do país nessa agenda. Informou que a minuta da prévia do relatório de pré-emissão, com a alocação indicativa dos recursos da primeira emissão, a ser deliberada na reunião, está alinhada às boas práticas de comunicação para a emissão do título sustentável e atende aos *feedbacks* recebidos dos investidores. Em seguida, colocou na ordem do dia a aprovação da Ata referente à 3ª reunião do Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas (CFSS), realizada em 24 de agosto de 2023, bem como os demais itens da pauta, quais sejam: ii) Aprovação da lista de despesas elegíveis para a emissão do título sustentável inaugural e aprovação da estrutura do relatório pré-emissão, e iii) informes. **ITEM 1. Aprovação da Ata da reunião anterior.** O Presidente questionou se os membros do CFSS teriam alguma



ATA DA 4ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS  
REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023

ressalva a ser incorporada na Ata. Como não houve manifestação contrária, considerou aprovada a Ata da 3ª reunião do CFSS. Em seguida, avançou para o segundo item da pauta e abriu a palavra para o Sr. Paulo Marques discorrer sobre a prévia do relatório de alocação referente à primeira emissão. **ITEM 2. Aprovação da lista de despesas elegíveis para a emissão do título sustentável inaugural e aprovação da estrutura do relatório pré-emissão.** Com a palavra, o Sr. Paulo Marques salientou a importância do relatório de alocação no sentido de sinalizar para o mercado qual será a composição entre social e verde relacionada aos recursos da emissão. Esclareceu que a abertura das despesas é importante para que haja transparência sobre onde estão os gastos e que essas despesas sejam passíveis de rastreamento. Destacou a abertura das categorias ambiental e social no relatório e relacionando-as aos ODS, uma vez que é informação relevante para os investidores. Informou que na minuta do relatório de alocação foi feita abertura do que é financiamento e do que é refinanciamento, conforme disposto no Arcabouço. O Sr. Luiz Fernando Alves informou que foram feitos ajustes na minuta do relatório entre o momento que foi enviado para os setoriais e o momento presente, com destaque do que foi alterado no texto, bem como mantida a memória do que foi excluído. Ressaltou a relevância de mostrar para os investidores quanto em valores serão alocados para a parte ambiental e social, para que possam definir se alocam ou não nos fundos de acordo com as suas características. Esclareceu que estas informações serão reveladas para os investidores na forma de intervalos mínimos e máximos para cada grupo de despesas. Relatou que, quanto à incerteza referente ao tamanho da emissão, a prospecção de demanda para o título público será conhecida somente no momento da emissão e será neste momento que haverá a calibração final. Esclareceu que se tem de prever uma margem para que a despesa represente mais ou menos em função do tamanho da emissão. Ressaltou a importância de deixar claro para o investidor que a ideia de intervalo se dará nos grandes grupos de despesas, quais sejam ambientais e sociais – mas não nos itens de despesas. A justificativa da escolha do modelo de mínimos e máximos é para que haja maior flexibilidade com cada grupo de despesas uma vez que durante o “road show” houve questões recorrentes sobre quais despesas priorizar diante da quantidade de categorias de despesas elencadas no “framework”, que é explicada em função da perenidade do arcabouço e do programa de emissões de médio prazo. O modelo reflete a prioridade e também a capacidade de rastreabilidade das despesas. O Sr. Otavio Ladeira reforçou a ideia de que a análise é feita considerando-se doze meses para o passado e vinte e quatro meses para o futuro. O Sr. Luiz Fernando, esclareceu que, no caso do Fundo Clima, não houve a previsão de desembolso para 2024 uma vez que há projetos que podem ter desembolsos no médio prazo. As despesas do Fundo Clima consideradas no relatório pré-emissão concentraram-se em transporte limpo e energia renovável. O Sr. Rodrigo Martins Vieira destacou a importância da inclusão de Adaptação às Mudanças Climáticas, uma das finalidades do Plano Anual de Aplicação de Recursos 2024 do fundo, na lista de despesas elegíveis do

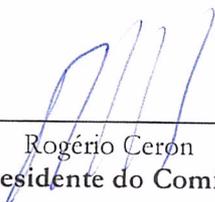


ATA DA 4ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS  
REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023

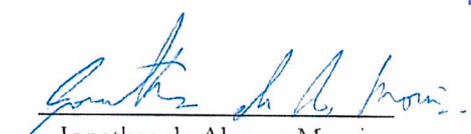
*framework*. Não obstante, destacou que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima gostaria de propor a ampliação da alocação de recursos de emissões futuras para essa finalidade, considerando a sua relevância entre as prioridades do Ministério, especialmente no que tange aos projetos de aumento da resiliência climática e ações de prevenção e gestão de riscos de desastres. Em seguida foi levantada a questão sobre se uma ação, que historicamente tem contingenciamento, seria a melhor ação para rastrear a primeira emissão. Foi esclarecido que a apresentação do indicativo de alocação de recursos na forma de intervalos permite margem para contingenciamento em algum item de despesa, desde que preservado o compromisso com o total das grandes categorias. Finalizados os questionamentos, o Presidente do Comitê colocou a prévia do relatório para votação e como nenhum dos membros apresentou óbice, o documento foi considerado aprovado e em seguida passou para o item 3 da pauta. **ITEM 3- Informes:** O Sr. Otavio Ladeira, fez um breve relato sobre a participação no “road show”, informando a participação de mais de sessenta investidores, os quais teceram grandes elogios ao arcabouço, inclusive à ideia de um relatório pré-emissão, uma vez que quando comparado a outros países não se verifica o mesmo grau de abertura que o Brasil apresenta. E que o Brasil estaria inovando dada a robustez do relatório. Que na volta ao Brasil foram recebidos muitos questionamentos os quais foram prontamente respondidos. Foi informado aos investidores sobre a possibilidade de uma avaliação externa para o relatório de impacto. O Sr. Luiz Fernando Alves destacou que outro ponto bem recebido pelos investidores foi o trabalho com o CADUNICO na área social. Ressaltou também sobre perguntas recorrentes tais como: desmatamento das Amazônia, onde serão alocados os recursos, sobre tipos de títulos e muitas perguntas relacionadas ao Plano de Transformação Ecológica, bem como demonstraram muito interesse em conhecer os principais temas que permeiam a emissão de carbono no Brasil. Em seguida destacou os próximos passos no sentido de se trabalhar no relatório de alocação e no relatório de impacto no primeiro semestre de 2024. Salientou a necessidade de se entender a granularidade do orçamento, do que está sendo executado e do formato necessário para a prestação de contas. Que em algum momento será necessário acionar uma parte externa, assim como foi no caso do SPO. Que haverá a necessidade de automatizar a consulta tanto no âmbito do Ministério da Fazenda quanto no Sistema de Orçamento, a fim de se obter maior tempestividade de informações para o investidor no sentido de demonstrar para onde está indo o recurso e qual impacto está sendo gerado. **ENCERRAMENTO:** Por fim, o presidente agradeceu a presença de todos e todas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente considerou encerrada a reunião. E para constar, eu, Cinthia de Fátima Rocha, secretária da reunião, lavrei e subscrevi esta Ata, que será assinada pelos membros do comitê presentes na reunião.

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a smaller one in the middle, and a signature on the right that appears to be 'Cinthia de Fátima Rocha'.

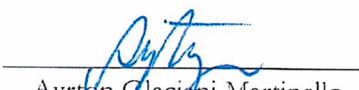
ATA DA 4ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS  
REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023



Rogério Ceron  
Presidente do Comitê



Jonathas de Alencar Moreira  
Ministério da Agricultura e Pecuária



Ayrton Glaciani Martinello  
Ministério do Desenvolvimento  
Social

Documento assinado digitalmente  
 ERNESTO PEREIRA GALINDO  
Data: 02/07/2024 16:21:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

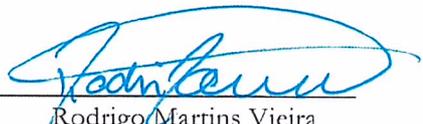
Ernesto Pereira Galindo  
Ministério do Desenvolvimento Agrário  
e Agricultura Familiar



José Pedro Bastos Neves  
Secretaria de Política Econômica  
do Ministério da Fazenda



Elaine de Melo Xavier  
Secretaria de Orçamento Federal do Ministério  
do Planejamento e Orçamento



Rodrigo Martins Vieira  
Ministério do Meio Ambiente e  
Mudança do Clima

Documento assinado digitalmente  
 ADRIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA  
Data: 03/07/2024 10:56:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriano Santiago  
Ministério da Agricultura e Pecuária



Marcos Neves Torreão  
Ministério da Integração e do  
Desenvolvimento Regional